



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
7º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

INSTRUÇÕES

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, este **CADERNO DE QUESTÕES**. Deve conter 20 (vinte) questões objetivas, na 1ª Parte, sendo 5 (cinco) referentes a cada grupo de disciplinas (Teoria Geral do Processo, Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional) e 8 (oito) questões discursivas, na 2ª Parte, sendo 2 (duas) referentes a cada Grupo de disciplina (Teoria Geral do Processo, Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional). **Constatando qualquer anormalidade** (impressão defeituosa, página sem impressão), **solicite imediatamente a substituição**.
2. **VERIFIQUE** também o **CADERNO DE RESPOSTAS**. Deve conter 8 (oito) páginas, 2 (duas) referentes a cada grupo de disciplinas, com os campos para as respostas.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA

3. **NÃO** efetue qualquer marcação nos campos destinados à atribuição de graus.

Qualquer tentativa de identificação nas folhas de resposta, conduta ilícita ou em desacordo com as normas deste certame implicará na eliminação do candidato.

4. Os espaços de resposta são **LIMITADOS**, de sorte que cabe ao candidato apurar quanto à concisão do texto escrito, uma vez que não serão consideradas quaisquer anotações fora do espaço apropriado ou acima do número máximo de linhas indicado para cada questão.
5. Use **SOMENTE** caneta esferográfica **PRETA** ou **AZUL** nas Folhas de Resposta.
6. É permitida a consulta aos códigos, sendo vedada a utilização de códigos comentados, súmulas e doutrina.
7. O Exame terá duração de 5 (cinco) horas.

BOA SORTE !



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
7º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

1ª PARTE - PROVA OBJETIVA

GRUPO I – TEORIA GERAL DO PROCESSO

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa correta:

- a) o princípio do contraditório tem, na atualidade, caráter participativo, representando um vetor de inclusão dialética entre os sujeitos processuais, tornando o processo um cenário de interações difusas que permitem que as partes condicionem comunicativamente a decisão judicial
- b) o princípio do juiz natural está ligado à competência do órgão jurisdicional, não tendo relação direta com a preservação da imparcialidade do juiz.
- c) por causa da independência do juiz, e do fato de que, para ele, todos os prazos são chamados de prazos impróprios, ou seja, prazos sem consequências para sua inobservância, o princípio da duração razoável do processo não gera a possibilidade de exigir de um tribunal que determine ao juiz de primeira instância o julgamento imediato de um processo.
- d) o princípio da igualdade processual não se relaciona com a idéia de “paridade de armas”
- e) o princípio da ampla defesa é previsto na Constituição da República apenas para os Processos Penal e Civil, mas não para os processos administrativos.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa correta:

- a) partes são os sujeitos processuais que formulam pretensão e aqueles contra quem a pretensão é formulada.
- b) litisconsórcio é uma das modalidades de intervenção de terceiros.
- c) o juiz, por ser sujeito do processo, também é considerado parte.
- d) as partes possuem direitos, deveres, poderes, ônus e faculdades processuais; os terceiros só possuem situações subjetivas de desvantagem, como os deveres e as sujeições.
- e) o Ministério Público por se tratar de um órgão público, não pode ser considerado um sujeito do processo.

QUESTÃO 3

Assinale a alternativa correta:

- a) a competência fixa-se no momento da propositura da demanda e não pode ser mais alterada.
- b) a incompetência absoluta é um vício insanável, que pode ser conhecido a qualquer tempo pelo juiz, independentemente de requerimento da parte, mas não configura hipótese de cabimento de ação rescisória.
- c) a incompetência relativa deve ser argüida preferentemente em exceção de incompetência, enquanto a incompetência absoluta pode ser argüida tanto na contestação quanto por meio de exceção



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
7º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

- d) os critérios territorial e em razão do valor da causa são critérios absolutos de fixação de competência.
- e) através do instituto de deslocamento de competência, previsto constitucionalmente e conhecido como “federalização”, é permitido que uma causa, originariamente da competência da justiça estadual, seja deslocada para a justiça federal.

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa correta:

- a) pretensão é o conflito de interesses qualificado pela demanda do autor e pela resistência do réu.
- b) pretensão é exigência de submissão do próprio interesse ao interesse alheio.
- c) lide é a exigência de submissão do interesse alheio ao interesse próprio.
- d) lide é o conflito de interesses em que não há pretensão do autor nem resistência do réu.
- e) pretensão é a exigência de submissão do interesse alheio ao interesse próprio.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa correta:

- a) a jurisdição não é una, sendo dividida em vários órgãos jurisdicionais com competência repartida geograficamente e em razão da matéria.
- b) jurisdição voluntária diferencia-se da jurisdição contenciosa porque nesta há sempre lide, enquanto naquela não.
- c) a arbitragem não é jurisdição, mas é considerada pela lei como sendo um equivalente jurisdicional, um meio alternativo de solução de conflitos.
- d) o direito de ação só existe se também existir o direito material alegado pelo autor.
- e) na jurisdição brasileira, a ação não pode ser considerada um direito subjetivo, porque o juiz não tem qualquer dever em prestar a jurisdição.

GRUPO II – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 6

Podem ser considerados bens imóveis por definição legal:

- a) o direito à posse de gleba rural
- b) as ações emitidas por sociedade anônima estatal
- c) as obrigações do Tesouro Nacional
- d) o direito à sucessão aberta
- e) os direitos inerentes ao uso do solo

QUESTÃO 7

A chamada responsabilidade civil aquiliana se configura quando concorrem vários requisitos, destacando-se o elemento subjetivo seguinte:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**7º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro**

- a) a ação humana causal ou finalística
- b) a culpa do que causou o dano
- c) a fortuidade ou casualidade
- d) o dano, material ou moral
- e) o nexo de causalidade vinculante

QUESTÃO 8

Dentre as regras aplicáveis aos negócios jurídicos contratuais, voltados à solidariedade, à justiça social, à livre iniciativa, ao progresso social, à livre circulação de bens e de serviços, à produção de riquezas, aos valores sociais, econômicos e morais, destaca-se o seguinte princípio:

- a) do consensualismo
- b) da relatividade dos efeitos
- c) da função social
- d) da boa fé objetiva
- e) do equilíbrio entre as partes

QUESTÃO 9

A entrega além do prazo contratual ajustado, pelo artista contratado, da obra de arte encomendada pelo Ministério da Educação, com o propósito de divulgar ou rememorar acontecimentos importantes da nacionalidade brasileira da era imperial, configura, em tese:

- a) execução perfeita
- b) mora do devedor
- c) mora accipiendi
- d) factum principis
- e) exceção de não cumprimento

QUESTÃO 10

A inércia do titular do direito ofendido contra o causador da lesão, deixando aquele de propor a ação correspondente dentro do lapso temporal previsto em lei, para fazer valer sua pretensão indenizatória, levando à extinção do direito, caracteriza o seguinte fenômeno jurídico:

- a) prescrição
- b) decadência
- c) preclusão
- d) caducidade
- e) renúncia



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
7º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

GRUPO III – DIREITO PENAL

QUESTÃO 11

Refleta sobre o caso a seguir, relatado por Nelson Hungria:

“Não há muito tempo, tramitou no foro do Rio de Janeiro rumoroso processo em torno de um caso típico de (...). Relembremo-lo. Tendo um cão policial mordido sua própria dona e, a seguir, um menino da vizinhança, suspeitou-se para logo que estivesse hidrófobo; mas, antes que viessem apreender o animal para exame, sua proprietária, às escondidas, o matou e enterrou no quintal, substituindo-o por outro da mesma raça, cor e tamanho, que veio a ser o examinado. Negativo o resultado do exame, foi interrompido o tratamento preventivo do menor no Instituto Pausteur, enquanto a dona do cão (conhecedora dessa circunstância, mas zelosa do seu segredo) prosseguiu com a própria imunização contra a raiva, indiferente à sorte da outra vítima, que, dias depois, veio a morrer, atacado do terrível mal.” (NELSON HUNGRIA, “Comentários ao Código Penal”, Vol. I, Tomo II, Forense, Rio, 1958, p. 120).

Responda: De que forma agiu a citada “mulher” frente ao evento morte do menor?

- a) Atuou com dolo eventual, pois assumiu o risco do menor morrer de hidrofobia.
- b) Agiu com dolo direto, pois adotou uma conduta finalística, querendo produzir o resultado morte do menor.
- c) Agiu com culpa consciente, pois, embora ciente daquela circunstância, não considerou a ocorrência do resultado morte do menor.
- d) Atuou com culpa inconsciente, pois violou o dever de cuidado para com o cão policial.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

QUESTÃO 12

Um canadense, residente na França, furtou a carteira de um brasileiro que, passeando num barco de turismo pelo Rio Sena, estava admirando, embevecido, as belezas de Paris. Apanhado pela polícia francesa, é julgado e condenado a uma pena de multa. Após pagar o valor estipulado em euros, o canadense, ao visitar parentes no Brasil, foi reconhecido nas ruas do Rio pela vítima, que o fez ser conduzido até uma Delegacia de Polícia com o objetivo de lavrar ocorrência do citado furto.

Analise a questão e marque a alternativa **correta**:

- a) Poderá ser aplicada a lei penal brasileira, tendo em vista o Princípio da Personalidade ou Nacionalidade Ativa.
- b) Poderá ser aplicada a lei penal brasileira, considerando o Princípio da Justiça Penal Universal.
- c) Poderá ser aplicada, incondicionalmente, a lei penal brasileira, considerando que o furto é punido no Brasil com pena privativa de liberdade, além de multa.
- d) Não poderá ser aplicada a lei penal brasileira, uma vez que o barco de turismo é de bandeira francesa.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
7º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

QUESTÃO 13

Relativamente ao nosso Código Penal, marque a assertiva **incorreta**:

- a) O art. 45, § 2º, admite a possibilidade de uma pena de caráter indeterminado.
- b) Penas de reclusão e detenção possuem traços jurídicos distintos.
- c) A medida de segurança de internação pode ter caráter perpétuo, pois o art. 97, § 1º não estipula prazo máximo para a sua vigência.
- d) Ao estelionato praticado contra o INSS incide a causa de aumento do art. 171, § 3º.
- e) A circunstância do art. 65, inc. I, nem sempre atenua, pois não pode levar a pena para alguém do mínimo.

QUESTÃO 14

Relativamente ao concurso aparente de normas, está **incorreta** a seguinte afirmação:

- a) Seus pressupostos são a unidade de fato e a pluralidade de normas identificando o mesmo fato como delituoso.
- b) A doutrina reconhece como mecanismos de solução do concurso aparente os princípios da legalidade, subsidiariedade e consunção.
- c) O tipo fundamental é excluído pelo tipo qualificado ou tipo privilegiado que deriva daquele.
- d) Há subsidiariedade implícita quando uma figura típica funciona como elementar ou circunstância legal específica de outra, de maior gravidade punitiva.
- e) O comportamento descrito pela norma consultiva constitui a fase mais avançada na concretização da lesão ao bem jurídico tutelado.

QUESTÃO 15

CAIO fere **TÍCIO**, hemofílico, com uma faca afiada, o que provocou a sua morte em decorrência de forte hemorragia, normalmente incontrolável em pessoas portadoras dessa doença. Diante disso, é **correto** afirmar que:

- a) Não há nexos causal entre a facada de **CAIO** e a morte de **TÍCIO**, visto estar presente, como concausa, a citada hemofilia.
- b) **CAIO** responderá por homicídio com dolo, pois agiu imprudentemente ao ferir **TÍCIO** com um objeto cortante.
- c) A hemofilia é um fator preexistente que acarretou, de forma absolutamente independente, a morte de **TÍCIO**.
- d) Além de **CAIO**, o fabricante da citada faca poderá ser igualmente responsabilizado pela morte de **TÍCIO**.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
7º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

GRUPO IV – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 16

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) No que se refere à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, a Constituição Federal assegurou a preferência pelo modelo de reparação em detrimento da prevenção ao dano.
- b) Os direitos e garantias fundamentais, criados como direitos negativos, impedem o poder público, mas não a esfera privada, de violar o espaço mínimo de liberdades assegurado pela Constituição Federal.
- c) De acordo com a doutrina majoritária, os direitos de segunda geração, ou direitos sociais, não constituem simples normas de natureza dirigente, sendo verdadeiros direitos subjetivos que impõem ao Estado um *facere*.
- d) A casa é o asilo inviolável, nela não se pode penetrar, salvo na hipótese de flagrante delito ou para prestar socorro, durante o dia, ou por ordem judicial.
- e) Nenhuma das opções acima está correta.

QUESTÃO 17

O município de Aracaju editou lei que obriga todo estabelecimento bancário instalado em seu território a pagar multa de R\$ 120,00 ao consumidor, toda vez que ele esperar atendimento por mais de 30 minutos na fila do banco. Em relação à situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- a) A lei é inconstitucional porque cabe à União legislar sobre instituições bancárias.
- b) A parte da lei que dispõe sobre multa é inconstitucional porque somente lei federal ou o Banco Central podem fixar sanção pecuniária e aplicá-la a banco infrator.
- c) A lei é inconstitucional porque cabe aos estados legislar sobre as competências residuais da Constituição Federal de 1988.
- d) A lei é constitucional, na medida em que cabe aos municípios dispor sobre o tempo de atendimento nas agências localizadas em seu território.
- e) Nenhuma das opções acima está correta.

QUESTÃO 18

Acerca do processo legislativo, assinale a opção correta.

- a) Compete ao presidente da República a iniciativa a projeto de lei que disponha sobre a organização do Ministério Público da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público dos estados, do DF e dos territórios.
- b) A iniciativa popular aos projetos de lei está, conforme a Constituição, limitada ao âmbito federal.
- c) As emendas, de iniciativa parlamentar, ao projeto de lei do orçamento anual devem indicar, além da compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a origem dos recursos necessários nas hipóteses de aumento das dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para estados, municípios e DF.
- d) Considerando o presidente da República que a utilização, pelo legislador, de uma expressão que



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
7º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

torna o dispositivo legal inconstitucional, poderá vetar apenas a expressão inconstitucional, suprimindo-a do texto, e sancionar o restante.

- e) Nenhuma das opções acima está correta.

QUESTÃO 19

Com relação ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) Compete ao STF processar e julgar originariamente os mandados de segurança e habeas corpus impetrados contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e os estados ou o DF.
- c) Os crimes cometidos contra o sistema financeiro, contra a ordem econômica-financeira e contra os consumidores são de competência da justiça federal.
- d) Os conflitos entre servidores públicos temporários regidos pelo direito administrativo e a administração pública direta da União passaram a ser de competência da justiça trabalhista, por força do advento da Emenda Constitucional n.º 45/2005, de acordo com o entendimento do STF.
- e) Nenhuma das opções acima está correta.

QUESTÃO 20

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) É cabível a arguição de descumprimento a preceito fundamental mesmo quando houver outra medida eficaz para sanar a lesividade.
- b) No recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar, em preliminar, a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.
- c) Os partidos políticos têm legitimidade para instaurar o controle concentrado de constitucionalidade.
- d) É obrigatória a oitiva do advogado-geral da União nas ações diretas de inconstitucionalidade por omissão.
- e) Nenhuma das opções acima está correta.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
7º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

2ª PARTE - PROVA SUBJETIVA

GRUPO I – TEORIA GERAL DO PROCESSO

QUESTÃO 1

Explique o significado e descreva a evolução do princípio do acesso à justiça.

QUESTÃO 2

Pode uma norma contida na Constituição estadual fixar regra de competência?

GRUPO II – DIREITO CIVIL

Questões para elaboração em dez ou quinze linhas no máximo

QUESTÃO 3

Discorra sobre os chamados direitos da personalidade e sua fonte normativa :

QUESTÃO 4

Como justificar a proteção jurídica de valores morais inerentes à pessoa já falecida? Como se resolve a legitimidade com relação ao exercício desse direito?

GRUPO III – DIREITO PENAL

QUESTÃO 5

“CAPÍTULO CXXXVI – A XÍCARA DE CAFÉ

O meu plano foi esperar o café, dissolver a droga [veneno] e ingeri-la. (...) O copeiro trouxe o café. Ergui-me, guardei o livro, e fui para a mesa onde ficara a xícara. Já a casa estava em rumores; era tempo de acabar comigo. A mão tremeu-me ao abrir o papel em que trazia a droga embrulhada. Ainda assim tive ânimo de despejar a substância na xícara, e comecei a mexer o café, os olhos vagos, a memória em Desdêmona inocente; o espetáculo da véspera vinha intrometer-se na realidade da manhã. Mas a fotografia de Escobar deu-me o ânimo que me ia faltando; lá estava ele, com a mão nas costas da cadeira, a olhar ao longe...

‘Acabemos com isto’, pensei.

Quando ia a beber, cogitei se não seria melhor esperar que Capitu e o filho saíssem para a missa; beberia depois; era melhor. Assim disposto, entrei a passear no gabinete. Ouvi a voz de Ezequiel no corredor, vi-o entrar e correr a mim bradando:

- Papai! papai!

Leitor, houve aqui um gesto que eu não descrevo por havê-lo inteiramente esquecido, mas creê que foi belo e trágico. Efetivamente, a figura do pequeno fez-me recuar até dar de costas na estante. Ezequiel abraçou-me os joelhos, esticou-se na ponta dos pés, como querendo subir e dar-me o beijo do costume; e repetia, puxando-me:

- Papai! Papai!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

7º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

CAPÍTULO CXXXVII – SEGUNDO IMPULSO

Se eu não olhasse para Ezequiel, é provável que não estivesse aqui escrevendo este livro, porque o meu primeiro ímpeto foi correr ao café e bebê-lo. Cheguei a pegar a xícara, mas o pequeno beijava-me a mão, como de costume, e a vista dele, como o gesto, deu-me outro impulso que me custa dizer aqui; mas vá lá, diga-se tudo. Chamem-me embora assassino; não serei eu que os desdiga ou contradiga; o meu segundo impulso foi criminoso. Inclinei-me e perguntei a Ezequiel se já tomara café.

- Já, papai; vou à missa com mamãe.

- Toma outra xícara, meia xícara só.

- E papai?

- Eu mando vir mais; anda, bebe!

Ezequiel abriu a boca. Cheguei-lhe a xícara, tão trêmulo que quase a entornei, mas disposto a fazê-la cair pela goela abaixo, caso o sabor lhe repugnasse, ou a temperatura, porque o café estava frio... Mas não sei que senti que me fez recuar. Pus a xícara em cima da mesa, e dei por mim a beijar doidamente a cabeça do menino.”

Você certamente conhece o livro “**Dom Casmurro**”, obra-prima da literatura brasileira.

Você certamente conhece a dúvida que atormenta tanto ao personagem do livro – **Bentinho** –, como a todos nós, leitores que somos do *Bruxo do Cosme Velho*.

Esclareça, porém, se, no trecho acima reproduzido, ocorreu algum fato penalmente relevante. Por quê?

E se **Capitu** chegasse à biblioteca antes do “**recuo**” de **Bentinho** e impedisse o filho de ingerir a diabólica xícara de café, haveria alguma alteração jurídica no caso? Por quê?

Responda justificadamente.

(máximo de 15 linhas).

QUESTÃO 6

“A história da pena é a história de sua constante abolição” – Reflita sobre esta frase de **Rudolf von Ihering**, o grande jurista alemão, e esclareça se e/ou como ela se aplica ao nosso Direito Penal. (máximo de 15 linhas).

GRUPO IV – DIREITO CONSTITUCIONAL

As respostas devem ser objetivamente fundamentadas, apontando, quando for o caso, os dispositivos legais/constitucionais pertinentes.

A resposta a cada uma das duas perguntas deverá conter o limite máximo de 20 linhas. As linhas excedentes não serão consideradas.

QUESTÃO 7

O que é “mutação constitucional” ?

QUESTÃO 8

Quais os fundamentos para a legitimidade do Ministério Público na proteção do meio ambiente?